



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO
PLANO DE PREVENÇÃO DE
RISCOS DE CORRUPÇÃO E
INFRAÇÕES CONEXAS
2018**





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSPEÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO

Ficha Técnica

Título

*Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações
Conexas 2018*

Edição

Inspeção Regional da Educação

Rua Recreio dos Artistas, 12

9700-160 Angra do Heroísmo

Tel.: 295 217 760

Correio eletrónico: ire@azores.gov.pt

Abril 2019



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSPEÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO

ÍNDICE

| | |
|--|----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 4 |
| 2. MEDIDAS ADOTADAS E RESULTADOS DA AVALIAÇÃO | 5 |
| 3. CONCLUSÃO | 7 |



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSPEÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

O Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), entidade administrativa independente que funciona junto do Tribunal de Contas, aprovou em 1 de julho de 2009 a Recomendação n.º 1/2009 (publicada no Diário da República, 2ª série, n.º 140, de 22 de julho de 2009), sobre "Planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas".

Em cumprimento dessa Recomendação, a Inspeção Regional da Educação (IRE) elaborou o seu "Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas" (PPRCIC), que foi aprovado a 31 de janeiro de 2018, e comunicado, nos termos do n.º 1.1. da citada Recomendação, ao CPC, tendo inclusivamente procedido à sua publicitação na página eletrónica da IRE.

A referida Recomendação determina também a elaboração de um relatório sobre a execução do plano e a sua remessa "ao Conselho Prevenção da Corrupção, bem como aos órgãos de superintendência, tutela e controlo".

Assim, o presente Relatório de Execução consubstancia quer a determinação da Recomendação, quer o que foi estabelecido no n.º 7 do PPRCIC da IRE, procurando agregar e sistematizar toda a informação obtida no âmbito da implementação do Plano, com vista à aferição do grau de execução das medidas adotadas no sentido da prevenção do risco, traduzida, nomeadamente na eliminação da causa do mesmo, na minimização da probabilidade da sua ocorrência bem como na diminuição do eventual impacto negativo que venha a produzir na IRE.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSPEÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO

2. MEDIDAS ADOTADAS E RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

No quadro seguinte é apresentada de forma sumária a avaliação quanto à implementação efetiva das medidas de prevenção adotadas no âmbito dos mecanismos de controlo interno da IRE:

| PROCESSO/ATIVIDADE | MEDIDAS DE PREVENÇÃO | ACOMPANHAMENTO/AVALIAÇÃO (*) |
|---|--|---------------------------------|
| Acompanhamento, Controlo e Avaliação; Auditoria; Provedoria; Ação Disciplinar (Instrução de processos de inquérito, disciplinares e outros de natureza similar). | Designação dos inspetores para as várias atividades tendo em conta a lista de impedimentos e incompatibilidades; Preferência pelo trabalho de equipa; Rotação de inspetores no desenvolvimento da ação inspetiva nas unidades orgânicas; Análise e validação, por parte da direção, dos relatórios elaborados pelos inspetores no âmbito do desenvolvimento das respetivas atividades; Escrutínio público da atividade inspetiva, através do exercício do contraditório e da pronúncia sobre os relatórios produzidos e da publicitação dos mesmos; Remessa de todos os relatórios e processos à tutela, para conhecimento, supervisão ou decisão; Registo de toda a atividade de provedoria no sistema interno; Designação dos inspetores para os vários processos disciplinares tendo em conta a lista de impedimentos e incompatibilidades; Distribuição aleatória dos processos; Registo na base de dados ProDis. | Em execução permanente |
| Acompanhamento da implementação de recomendações | Inclusão de ações de avaliação do estado de cumprimento das recomendações na programação anual dos trabalhos de auditoria/inspeção. | Em execução permanente |



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSPEÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO

| | | |
|--|--|------------------------|
| | | |
| Avaliação dos trabalhadores | Adoção de indicadores mensuráveis e quantificáveis; Fundamentação das decisões; Cumprimento da legislação aplicável. | Em execução permanente |
| Processamento de vencimentos | Verificação mensal no sentido de confirmar a adequação das remunerações processadas e descontos efetuados em função da assiduidade de cada trabalhador; Segregação de funções e rotatividade dos trabalhadores que exercem estas funções. | Em execução permanente |
| Processamento de ajudas de custo e transporte | Verificação mensal, por parte dos trabalhadores responsáveis por esta área, da conformidade do Boletim Itinerário com o mapa mensal das atividades programadas pelos inspetores. | Em execução permanente |
| Justificação de faltas | Verificação mensal do registo de faltas efetuadas e lançadas no SIGRHARA. | Em execução permanente |
| Elaboração e cumprimento do mapa de férias | Verificação anual da atribuição de dias de férias aos trabalhadores, de acordo com os requisitos legais. | Em execução permanente |
| Aquisição de bens e serviços | Consulta ao mercado a mais de uma empresa, tanto no ajuste direto simplificado como no ajuste direto normal. | Em execução permanente |
| (*) Legenda Hipóteses: - Em execução permanente - Executado - A aguardar implementação | | |



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSPEÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO

3. CONCLUSÃO

As medidas de prevenção implementadas e os resultados alcançados demonstram de forma clara que as ferramentas de avaliação do risco estão perfeitamente integradas na gestão da IRE, suportando essa mesma gestão.

Os resultados revelam também que não será necessário aperfeiçoar os controlos atuais para a maioria das situações de risco identificadas, sendo apenas de manter os existentes.

Em suma, e de acordo com a avaliação efetuada, conclui-se que as medidas propostas e os mecanismos de controlo existentes para a prevenção da ocorrência de situações de risco e corrupção, que constam no PPRCIC aprovado, revelaram-se adequadas e eficazes, já que não foram detetados quaisquer indícios de corrupção nem qualquer infração conexa.

Face aos resultados alcançados, não será necessário proceder a qualquer revisão do PPRCIC 2018, mantendo-se a versão aprovada em 31 de janeiro de 2018, a qual vigorará durante todo o ano de 2019.